



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E JORNALISMO
CURSO DE BACHARELADO EM JORNALISMO**

**PROJETO EXPERIMENTAL: PROGRAMA RADIOFÔNICO “ESTAÇÃO DAS
CORES” - JORNALISMO E DIREITOS HUMANOS NAS ONDAS DO RÁDIO**

**MACAPÁ
2018**

ANDRESA DA COSTA BENJAMIM

PROJETO EXPERIMENTAL: PROGRAMA RADIOFÔNICO “ESTAÇÃO DAS CORES” - JORNALISMO E DIREITOS HUMANOS NAS ONDAS DO RÁDIO

Trabalho de Conclusão de Curso, na categoria Projeto Experimental, modalidade Rádio apresentado à Universidade Federal do Amapá como requisito final para a obtenção do título de Bacharel (a) em Jornalismo. Orientado pelo Professor Mestre Antonio Carlos Sardinha.

**MACAPÁ
2018**

ANDRESA DA COSTA BENJAMIM

**PROJETO EXPERIMENTAL: PROGRAMA RADIOFÔNICO “ESTAÇÃO DAS
CORES” - JORNALISMO E DIREITOS HUMANOS NAS ONDAS DO RÁDIO**

Defesa em: ____ / ____ / ____

Nota obtida: _____

Banca avaliadora:

Prof.º Me. Antonio Carlos Sardinha – UNIFAP

Prof.ª Dra. Isabel Regina Augusto – UNIFAP

Prof.ª Dra. Ana Cristina De Paula Maués Soares – UNIFAP

RESUMO

Este trabalho relata o processo de elaboração de uma série de 10 programas radiofônicos na categoria de Projeto Experimental de conclusão de curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Os programas produzidos como projeto experimental de conclusão do curso de Jornalismo integram o conteúdo do Programa de Rádio Estação das Cores, criado para debater, na perspectiva do Jornalismo, temas e questões entorno dos Direitos Humanos. O projeto experimental, na concepção dos programas produzidos, representa a reformulação editorial do programa veiculado na *Rádio Universitária 96.9 FM*, a partir de uma revisão da proposta editorial, com uma perspectiva jornalística ao produto que já era veiculado como programa na referida rádio. Para a realização deste produto foi realizado um percurso que incluiu pesquisa bibliográfica sobre Jornalismo, gênero, sexualidade, questões étnico-raciais e temas da agenda envolvendo a temática dos direitos humanos. A produção do programa inclui um percurso pelo processo de produção jornalística baseado na pesquisa e entrevista jornalística, formatos de programas radiofônicos, linguagem e estrutura da reportagem para mídias sonoras. Todo esse processo nos fez concluir que os conhecimentos teórico-práticos aprendidos ao longo da graduação e aplicadas na apuração e levantamento de dados de cada tema que propomos debater são de fundamental importância para que o diálogo com os nossos ouvintes fosse estabelecido de forma horizontal, fomentando assim o debate de forma ampla no cotidiano dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Radiojornalismo; Diversidade; Direitos Humanos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
2. PROBLEMA DA PESQUISA	7
3. JUSTIFICATIVA	7
4. OBJETIVOS	8
4.1 Objetivo Geral	8
4.2 Objetivos Específicos	8
5. REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
5.1 O papel do Jornalismo nos debates da atualidade	9
5.2 O Rádio.....	11
5.3 Linguagem do Rádiojornalismo.	12
6. METODOLOGIA.....	14
6.1 Etapas da pesquisa	14
6.3 Síntese dos programas	15
7. CONCLUSÃO.....	20
REFERÊNCIAS.....	22
APÊNDICES	23
Apêndice A – Cronograma.....	23
Apêndice B – Roteiros.....	25

INTRODUÇÃO

Este trabalho relata o processo de elaboração de uma série de 10 programas radiofônicos na categoria de Projeto Experimental de conclusão de curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. A produção experimental apresenta e executa uma proposta editorial para o Programa Estação das Cores que já era exibido na grade de programação da Rádio Universitária 96.9 FM.

O projeto experimental resultou na reformulação editorial do programa, em uma tentativa de torná-lo um espaço de debate e divulgação de informações sob uma perspectiva do campo do Jornalismo, característica que não estava contemplada na proposta original do programa.

O programa “Estação das Cores” foi idealizado pelas professoras do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal do Amapá, Ana Cristina de Paula Maués Soares e Francisca de Paula Oliveira, o qual integra a programação da *Rádio Universitária 96.9 FM* aproximadamente dois anos. Nesse período, o programa contava apenas com a presença de um convidado que dialogava com as apresentadoras sobre um tema específico, característica interacional do programa entre convidados e apresentadores em um diálogo entre especialistas, focado, sobretudo, em uma abordagem acadêmica.

Essa ação jornalística em torno da complexa pauta de direitos humanos – foco do programa – permite agendar e promover uma esfera pública de discussão que amplia a compreensão sobre uma extensa agenda envolvendo direitos humanos de mulheres, lésbicas, gays, transexuais, negros, indígenas e um conjunto de grupos sociais historicamente marcados por processos excludentes. Essa exclusão se refere aos direitos em geral e ao narrar, falar e apresentar suas experiências e perspectivas no espaço público formatado pela ação do próprio Jornalismo.

A reformulação do programa incorporou as premissas do Jornalismo como atividade social de natureza peculiar: produção e agendamento de temas de interesse público pela oferta de informação baseada na pluralidade de pontos de vistas e percepções, atuando na produção de conhecimento e sentido sobre questões públicas.

Para a realização deste produto, fez-se necessário o uso de pesquisa bibliográfica, assim como entrevistas com especialistas dos temas abordados em cada programa e nas reportagens produzidas. Também fizemos reuniões de pauta semanalmente e orientações regulares com o professor. A produção do projeto experimental aconteceu em um contexto de prática profissional em que o conteúdo produzido era veiculado semanalmente no Programa

“Estação das Cores”, transmitido aos sábados, das 10h às 11h, na Rádio Universitária 96.9 FM.

Sobre a estruturação do programa, vale destacar que o debate era o eixo central do programa “Estação das Cores”, precedido de reportagem produzida para apresentar o tema e contextualizar os aspectos centrais da discussão que seria abordada na entrevista com um ou mais convidados especializados no tema pela experiência de atuação e/ou pelo conhecimento técnico-científico.

O presente relatório apresenta a fundamentação conceitual sob a qual foi pensada a proposta editorial que reformula o programa, que passa a ser a partir de então um programa radiofônico do gênero jornalístico, formato de entrevista.

Além disso, o presente relatório detalha o percurso metodológico e as atividades realizadas, bem como apresenta de forma detalhada a série de programas elaborados, com as considerações finais sobre o aprendizado e reflexões que surgiram dessa atividade experimental.

2. PROBLEMA DA PESQUISA

No contexto de disputas envolvendo sentido para narrativas em torno do debate sobre direitos humanos, o jornalismo se torna um campo privilegiado para garantir pluralidade, amplitude e o direito à informação sobre direitos de grupos, simbolicamente impedidos de narrar suas experiências no campo midiático. A ausência de uma cobertura plural e crítica sobre direitos humanos sugerem e demandam uma revisão crítica do processo de produção, de forma a incorporar alternativas e formatos que incorporem a discussão sobre essa complexa agenda de discussão e a torne acessível à sociedade em geral.

3. JUSTIFICATIVA

A partir da motivação e necessidade de explorar temas poucos abordados pela grande mídia e, quando abordados, feitos de forma superficial, pouca pluralidade de fontes e contextualização dos debates, nosso produto propõe uma reflexão sobre como abordar temas da área de direitos humanos. A proposta é apresentar uma abordagem acessível, pautada na divulgação de conhecimento e promoção do debate, com produção de informação de qualidade ao nosso público.

Ao buscar enriquecer o trabalho já desenvolvido pelas professoras Ana Cristina e Francisca, o desafio da reformulação do programa “Estação das Cores” era garantir a divulgação científica sobre temas de direitos humanos de forma acessível ao público leigo,

bem como promover debates públicos e abrangentes sobre esse conjunto de assuntos ligados a uma agenda de direitos de todos os ouvintes. Nossa proposta, do ponto de vista do campo do Jornalismo, é promover a mediação para a compreensão e o debate de temas como gênero, sexualidade, diversidade racial, direitos sociais e políticos.

Por meio da realização de uma série de 10 programas radiofônicos, ampliaremos a agenda do programa, que se centrava inicialmente no debate sobre as questões gênero e diversidade. Assim, abre-se possibilidade para um leque de temas envolvendo os direitos humanos, que pluraliza as vozes com especialistas e pessoas ligadas diretamente aos debates propostos.

Os direitos humanos são os básicos, desde o direito de moradia, educação, saúde e principalmente, a liberdade. Na prática, esses direitos são violados, sobretudo quando envolvem grupos como de mulheres, gays, lésbicas, travestis e transexuais, população negra e indígena, entre outros.

Ultimamente o *direito de ter direitos* vem sido muito discutido em todos os espaços formais e informais da sociedade. A informação jornalística é crucial para construir a informação de plural sobre direitos humanos, compreendido sob uma ótica restrita e superficial, conforme apontaremos ao longo da revisão bibliográfica.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Apresentar uma proposta editorial de natureza jornalística para contribuir com a reformulação do programa radiofônico *Estação das Cores*, produzindo um formato que pudesse contribuir com a divulgação científica e o debate sobre temas de direitos humanos e cidadania.

4.2 Objetivos Específicos

- Realizar pesquisa bibliográfica sobre jornalismo, direitos humanos e divulgação científica;
- Realizar pesquisa bibliográfica sobre o processo de produção jornalística para mídias sonoras;
- Produzir conteúdos jornalísticos adequados à mídia radiofônica para atender a proposta de reformulação editorial do programa “Estação das Cores”.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 O papel do Jornalismo nos debates da atualidade

No discurso midiático, temas que abordam os direitos humanos¹ são extremamente silenciados. Para Rodrigues (2002), a perda da relação com o público, é um risco letal para o próprio funcionamento do meio de comunicação.

É por isso que uma das funções comunicacionais mais importantes do discurso midiático além da função referencial, que consiste em dar conta dos acontecimentos que ocorrem no mundo é a função fática, que consiste na manutenção do contato com o público (RODRIGUES, 2002, p. 218).

De acordo com Maia (2008), “em uma visão de conjunto, o vai-e-vem das trocas argumentativas nos media, por meio do qual os sujeitos tentam explicar seus pontos de vista e justificar suas premissas, modifica a qualidade do ambiente informativo” (p. 96). Portanto, a deliberação pública sobre temas de interesse da sociedade tem na esfera pública dinamizada pela ação jornalística uma possibilidade, considerando assim, esse o caminho em sociedades democráticas para garantir e legitimar a demanda por direitos humanos.

Ao pensar sobre a produção dos conteúdos que foram abordados no projeto experimental, em primeiro momento, procuramos refletir sobre o que se espera do jornalismo na esfera pública, a discutir sobre o campo de direitos humanos como uma agenda de interesse social, que precisa estar em sintonia com a demanda da sociedade em discutir os direitos humanos como uma questão cotidiana.

De acordo com a pesquisa Mídia e Direitos humanos (2006), o papel da imprensa na cobertura dos direitos humanos ainda é tabu, pois não age atualmente de modo livre para pautar questões de interesse da sociedade. É importante destacar algumas tarefas ou uma função estratégica para que o jornalismo seja visto como o ponto central de seu papel na sociedade: (1) Controle do estado; (2) Denúncias e investigações; (3) Agendamento do debate; (4) Contextualizações.

A ANDI – Agencia Nacional dos Direitos da Infância explica que:

Essas funções, aplicáveis a um amplo conjunto de assuntos, ganham contornos especiais quando estamos dirigindo nossas atenções para a complexa discussão dos

¹ A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 imprimiu o reconhecimento da dignidade a todos os membros da família humana, de seus direitos iguais perante a lei, caracterizando-os como universais, indivisíveis e interdependentes. Esses direitos são protegidos pelo império da lei, “a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum”. ONU – Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948.

Direitos Humanos. A promoção, proteção e combate ao desrespeito sobre Direitos Humanos dependem – e muito – de ações com características idênticas a essas, que regularmente são desempenhadas pela imprensa em diversos outros contextos (ANDI, 2006, p. 30-31).

No contexto da chamada Sociedade da Informação, em que a circulação de informação assume uma dimensão ampla, a partir de uma infraestrutura social e técnica, a ação do jornalismo como campo social ganha sentido na produção de uma esfera pública que historicamente “foi se legitimando socialmente como meio ou instituição responsável pela mediação intersubjetiva e interdiscursiva da nossa sociedade e de seus espaços públicos específicos” (SPENTHOF, 2015, p. 157).

Em determinados espaços sociais encontramos pessoas compartilhando informações diferentes, discutindo e debatendo questões diversas, mas é na esfera pública organizada pela ação jornalística que é possível filtrar assuntos de interesse público e trata-los de forma a produzir conhecimento que permitam o debate público.

O poder da mídia implica, portanto, em um instável equilíbrio entre formar opinião, receber influências de seus consumidores e de toda a gama de fornecedores e anunciantes, além do próprio Estado. Para Rodrigues (2002), um dos problemas do discurso midiático está no grau de possibilidade do entendimento do público, pois “como podem os seus enunciados ser entendidos por uma diversidade incomensurável de indivíduos, a partir de quadros e a partir da experiência que escapam à percepção do locutor?” (p. 232).

Portanto, é pela ação jornalística que discursos distintos – os mais técnicos e especializados e os de senso comum – se (inter)relacionam em um processo de mediação conduzido pelo profissional de jornalismo, orientado para produção de sentido sobre questões contemporâneas.

O jornalismo promove uma esfera pública que trate de assuntos que requer reflexão, proporcionando o debate público. Para Miotto (2004), “a esfera pública, pelo fato de decorrer da ação do discurso, possui caráter de potencialidade, não é uma entidade imutável e nem mensurável com a força” (p. 109).

Essa arena que se organiza pela ação discursiva dos sujeitos, mediada pelo campo jornalístico, é fundamental em uma sociedade democrática pela possibilidade das decisões e deliberações sobre questões sensíveis, como a dos direitos humanos, terem uma legitimidade construída a partir de um debate plural provocado pela mediação do jornalismo.

De acordo com a pesquisa *Mídia e Direitos Humanos*, assuntos relacionados aos direitos humanos têm sem voltado para a violência e para a criminalidade. Em entrevista

publicada na pesquisa chamada *Mídia e Direitos humanos, com o Jornalista Caco Barcelos*, para a ANDI, mostra a dificuldade da própria imprensa em abordar temas como estes.

O problema é que a imprensa, em vez de combater esse tipo de injustiça, segue a mesma linha. Para ela, a dor do rico é mais sentida, a lágrima do rico chama mais a atenção. E isso é ruim para a questão dos Direitos Humanos. Se a gente concentra a cobertura na defesa dos privilegiados, a tendência é que a opinião pública fique com uma visão deformada. Se a sociedade não conhece o drama da maioria da população, por que vai se preocupar com seus direitos? (BARCELOS, 2006, p. 25).

ANDI também estudou a cobertura do tema Direitos Humanos, onde foram analisadas 1.315 matérias componentes em meios de comunicação de todo o país. “A sistematização dos dados resultantes do processo de classificação permitiu elaborar informações sobre frequências e cruzamentos, os quais foram analisados pelos especialistas durante uma reunião de dois dias” (Mídia, Direitos Humanos (2006), pg. 34).

Esta pesquisa conclui que as grandes mídias pautam pouco o tema de direitos humanos, o comportamento e como essas notícias eram direcionadas em cada meio de comunicação. A pesquisa também mostrou que a maioria destas matérias tinham um direcionamento de interesse religioso ou político.

5.2 O Rádio

Oficialmente, o início do Rádio no Brasil deu-se através do surgimento de duas emissoras: a Rádio Clube de Pernambuco, em 1919 e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923. Pelo fato da tecnologia utilizada no rádio ser a mesma utilizada na rádio telefonia, possibilitando a transmissão de voz sem fios, a comunicação torna-se ampla e atinge muitas pessoas ao mesmo tempo.

Segundo Ferraretto (2000, p. 23), “o rádio é o meio de comunicação que utiliza emissões de ondas eletromagnéticas para transmitir à distância mensagens destinadas a audiências numerosas”. Ao operar na velocidade do som, o rádio foi o primeiro meio de comunicação eletrônico.

A invenção do rádio é creditada oficialmente ao cientista italiano Guglielmo Marconi, nascido em 1874 na cidade de Bolonha. Entretanto, para falar sobre a história do rádio no Brasil, é necessário falar sobre o pioneirismo do padre gaúcho, Roberto Landell de Moura, que nasceu em 21 de janeiro de 1861 na cidade de Porto Alegre - RS. Segundo Jung (2011, p. 17), “um diálogo do presidente da República Rodrigues Alves com um dos seus

assessores, no Palácio do Governo, no Rio de Janeiro, em 1905, possa ter tirado de um brasileiro o direito de ser reconhecido como o inventor do rádio”.

Edgard Roquette-Pinto esteve no dia 7 de setembro de 1922, no Rio de Janeiro, durante a primeira transmissão radiofônica no país. Ele inaugurou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1923.

5.3 Linguagem do Rádiojornalismo.

Para Jung (2001, p. 14), transmitir alguma notícia no rádio, ela pode, nem sempre jornalística. O jornalismo tem o compromisso com a verdade, através da apuração e do desenvolvimento da notícia, após essas características, levar a informação ao ouvinte o irá formar sua própria opinião sobre o tema. É importante ressaltar que o ouvinte não pode ser manipulado.

É por isso que o conteúdo radiofônico pode ser dividido em inúmeros gêneros que não apenas informação. Com base em Barbosa Filho (2009), os gêneros radiofônicos podem ser classificados em:

- 1) Jornalístico: levar a informação atualizada e de qualidade.
- 2) Publicitário: Vender uma ideia ou produto.
- 3) Educativo: Utiliza somente conteúdo de educação e cultura.
- 4) De serviço: Oferecer serviço para determinado meio de comunicação.
- 5) Dramático: Usa todos os recursos da linguagem sonora e radiofônica, para construir ambientes e personagens e apresentar histórias reais ou fictícias.

O conteúdo jornalístico veiculado no rádio pode ser classificado em:

- 1) Informação: Informação trabalhada com o relato puro e simples.
- 2) Documentação: conjunto de fontes que utilizamos para construir uma histórica
- 3) Criação; construir algo que ainda não existe;
- 4) Entretenimento; qualquer ação, evento ou atividade com a finalidade de entreter e suscitar o interesse de uma audiência;
- 5) Locução; Processo de narrar situações ou ler interpretando um texto que acompanha um produto de comunicação;
- 6) Noticiário: Programa encarregado de transmitir as notícias atualizadas do dia e das últimas horas.
- 7) Nota: Informe curto sobre um fato ou acontecimento;
- 8) Crônica: liberdade em escolher temas e de expressar opiniões pessoais;

- 9) Comentário: cria ritmo e amplia o cenário sonoro do receptor com diferentes vozes na programação;
- 10) Diálogo: Conversa entre duas ou mais pessoas que suas ideias de forma livre;
- 11) Entrevista: Depoimento dado a um ou mais repórteres tanto em estúdio quanto em externas;
- 12) Radiojornal: Reuni e produz outros formatos jornalísticos, como as notas, notícias, reportagens, comentários e crônicas;
- 13) Radiorevista: Programa variado, dividido em diversos blocos, intercalados com comerciais e músicas
- 14) Mesa-Redonda: são espaços de discussão coletiva em que os participantes apresentam ideias diferenciadas entre si;
- 15) Dramatização: Dramas radiofônicos de longa duração e divididos em capítulos.

Segundo Prado (1989), organizar debates radiofônicos para fornecer a informação e construir uma opinião pública de qualidade, os formatos devem ser oferecidos para que haja interação e clareza nas informações. Para o autor, o debate radiofônico é dividido em quatro aspectos: Mesa-redonda (no qual participam representantes de diversos pontos de vista sobre o tema a ser debatido), o debate (produz um enfrentamento aberto de duas posturas opostas, no qual o moderador distribuirá de forma flexível o tempo), documentário (polêmica reside no tema, por ser diferido permitindo a mensagem), e as entrevistas (no qual a polêmica pode ser veiculada através de diversas fórmulas com entrevistas).

A entrevista é essencial para a difusão do conhecimento de qualquer tema, formando pensamentos críticos, posicionamentos e opiniões importantes em meio a sociedade. A entrevista, diferente de outras conversas cotidianas, tem como foco principal a adquirir informações da fala do entrevistado ou “A entrevista pode ser apenas uma técnica para obter respostas pré-pautadas por um questionário” (MEDINA, 2008, pg. 5).

Destacamos o formato de entrevista, por entendermos que se adequa à proposta editorial planejada para reformulação do Programa Estação das Cores. A proposta desse formato é tratar em profundidade um único e determinado tema com um ou mais participantes, apresentando análises e pontos de vistas sobre o assunto.

É importante destacar que o formato de entrevista adotado para o Programa Estação das Cores na discussão sobre temas da área de direitos humanos foi pensado para veiculação em uma rádio pública universitária. Nesse sentido, o programa também deveria atender o que

se espera de uma programação em uma rádio pública. Para Zuculoto (2009), as rádios públicas “precisam mesmo ser educativas, disseminar a cultura e atender aos interesses, em termos de comunicação, da sociedade” (p.341).

6. METODOLOGIA

6.1 Etapas da pesquisa

Este projeto experimental teve critérios de seleção de acordo com o interesse público, o trabalho foi realizado em Macapá nos períodos de novembro de 2017 a março de 2018. Para tal, foi preciso fazer pesquisa bibliográfica e trabalho de produção dos programas.

A proposta inicial do programa “Estação das Cores” resultou na reformulação do programa para um aspecto mais jornalístico. Este aspecto serviu para iniciarmos o processo de construção de debates e mesas redondas sobre temas envolvendo os direitos humanos, apresentando informações de interesse social para os entrevistados.

A primeira etapa deste projeto consistiu na pesquisa bibliográfica sobre o jornalismo como campo de conhecimento e seu papel no agendamento da discussão ligada aos direitos humanos. Procuramos conhecer também nessa etapa reflexões sobre como é a cobertura da área de direitos humanos pela imprensa, quais os desafios. Por fim, estudamos a produção jornalística para o rádio, especificidades, gêneros e formatos de programas radiofônicos.

A pauta é a prévia de informações para determinado tema que será noticiado, a partir disso, será desenvolvido a informação para a complementação da notícia. Para Lage (2014), a pauta é denominada em duas coisas distintas:

- a) o planejamento de uma edição ou parte da edição (nas redações estruturadas por editorias - de cidade, política, política, economia etc.), com a listagem dos fatos a serem cobertos no noticiário e dos assuntos a serem abordados em reportagens, além de eventuais indicações logísticas e técnicas: ângulo de interesse, dimensão pretendida da matéria, recursos disponíveis para o trabalho, sugestões de fontes etc. b) cada um dos itens desse planejamento, quando atribuído a um repórter. Ele dirá: "a minha pauta", quer a tenha recebido como tarefa, quer a tenha proposto (o que é comum, particularmente com *free lancers*) (LAGE, 2011, p. 16).

A pauta escolhida exigiu um trabalho de reportagem que inclui coleta de informações por meio da pesquisa jornalística e as entrevistas como processo clássico de apuração de informação do Jornalismo. Para Lage (2014), a entrevista é o procedimento

clássico de apuração de informações em Jornalismo. “É uma expansão da consulta às fontes, objetivando, geralmente, a coleta de interpretações e a reconstituição de fatos” (p.73).

Quanto ao desenvolvimento das entrevistas, varia bastante, para a entrevista, isso se dá pela complexidade dos assuntos envolvidos. Para Medina (2008), a entrevista é um meio de interação social. No formato escolhido para o Programa Estação das Cores, a entrevista tem um papel de servir para o que a autora define como meio para “pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação.”. (MEDINA, 2008, p.8). Nesse caso, as entrevistas mediadas por jornalistas são fundamentais para dinamizar, provocar e problematizar as dimensões das discussões, envolvendo o tema central.

6.3 Síntese dos programas

PROGRAMA 1: Tribunal Regional Federal da 1ª região (TRF-1) suspende nota zero por violação de direitos humanos na prova do Enem de 2017.

O programa apresentou o item da “Cartilha do Estudante” que atribuía nota zero, sem correção de seu conteúdo, à prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, considerada desrespeitosa aos direitos humanos.

Primeiramente, apresentamos uma pequena reportagem falando sobre a decisão do TRF1 com o aluno Antonio Mateus Pontes, a professora de Direito da Universidade Federal do Amapá, Helena Cristina e o professor de Sociologia Marcio Ferreira.

O debate que o programa propôs foi falar sobre esta decisão e como ela refletiria na sociedade. Para falar sobre o assunto, convidamos o professor de Sociologia, Márcio Ferreira. Ele que é professor de um cursinho popular, localizado no Conjunto São José. Foram feitas várias perguntas relacionadas ao tema, envolvendo racismo, machismo, sociedade conservadora, ditadura, entre outros.

PROGRAMA 2: Racismo na semana da Consciência Negra.

Na semana de 20 de novembro, o dia da Consciência Negra, levantamos o debate sobre o racismo e o mito por trás da democracia racial em um país onde há uma grande miscigenação e o racismo ainda é mascarado.

O programa contou com uma pequena matéria falando sobre o racismo, principalmente com base em uma pesquisa publicada em 2011 no livro “Brasil: um século de transformações” indicando que 63,7% dos brasileiros consideram que a raça interfere na qualidade de vida dos cidadãos. Entrevistamos a professora de Sociologia da Universidade Federal do Amapá, Alexsara de Souza Maciel. Ela tem experiência em temas como o racismo

e movimento de mulheres negras. Contamos também com a colaboração do aluno de Relações Internacionais, Eliseu Alves Júnior e do mestrando Édico Renê de Carvalho Canuto Pires.

O entrevistado do programa foi o professor do curso de Pedagogia, Raimundo Erundino Santos Diniz. Ao longo do programa, abordamos temas como racismo institucional, familiar, escolar e histórico.

PROGRAMA 3: Intolerância religiosa na semana do Dia do Evangélico.

O fanatismo religioso conduz algumas pessoas a realizarem guerras ou conflitos em nome de sua religião. A questão é delicada porque envolve o ser humano em sua mais pura essência quando sua crença religiosa é colocada em jogo. Intolerância religiosa é um termo que descreve um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças e práticas religiosas, que assim ligadas a falta de vontade em reconhecer e respeitar diferentes crenças.

Fizemos uma pequena matéria sobre intolerância religiosa voltada para as religiões de matriz africana. Foram entrevistados o líder do Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES), Marcos Vinícius de Freitas Reis; o doutorando em Teologia, Elivaldo Serrão Custodio; o pai de santo, Pai Dy'dus; e Daniela Figueiredo, candomblecista e estudante do Curso de Artes Visuais da Universidade Federal do Amapá.

A entrevistada do programa foi a professora mestre, Maria de Lourdes Sanches Vulcão, bolsista da Capes e que tem experiência na área de educação, com ênfase em História e Ensino Religioso. Os pontos altos da entrevista foram em relação ao estado laico, educação familiar e a questão do ensino religioso nas escolas, onde apenas uma religião é pregada.

PROGRAMA 4: Arte, sexualidade e censura.

O debate acerca da arte esteve bastante acalorado atualmente, principalmente depois da polêmica com a exposição e a performance que inaugurou a Mostra Panorama da Arte Brasileira no Museu de Arte Moderna, em São Paulo. Mais uma vez, o Movimento Brasil Livre estava à frente dessas discussões.

Uma criança, de cerca de quatro anos, acompanhada pela mãe, aproxima-se do artista, cujo corpo nu está deitado no chão da sala. Ele, Wagner Schwartz, protagoniza a performance *La Bête*, inspirada em *Bicho*, de Lygia Clark, referência da arte contemporânea brasileira, falecida em 1988.

Após a viralização do vídeo na internet, o caso foi classificado como pedofilia e isso se transformou em uma histeria coletiva. A partir disto, acusações de pedofilia,

intimidação e inadequação rodaram as redes sociais, apontando a instituição e o artista como agressores.

No primeiro momento fizemos uma pequena matéria com o estudante do curso de Artes Visuais da Universidade Federal do Amapá, Luan Pedro Dias. O aluno, que é negro, foi censurado por uma professora de seu colegiado em uma performance para uma matéria do curso, onde foi acusado de fazer Black face. O doutorando em História Crítica da Arte, Joaquim Cesar da Veiga Netto, também nos presenteou com sua colaboração.

Para a entrevista do programa, tivemos a oportunidade de trazer a dramaturga transexual Ave Terrena Alves. Ela atua com grupos de teatro em São Paulo, faz parte do grupo Laboratório de Técnica Dramática e do agrupamento Cynetiko, e estava em Macapá com o projeto: Lugar na chuva. No decorrer da entrevista, foram debatidos temas tabus para a dramaturgia, como exposições artísticas, leituras de artistas sobre o corpo, limites de liberdade de expressão, debates sobre o corpo e identidade de gênero.

PROGRAMA 5: Violência contra a mulher.

Uma vida livre de violência e de discriminações é um direito de todas as mulheres. Para as mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, porém, a possibilidade da violência, em casa e fora dela, é um dado da existência devido à conjugação dos vários preconceitos que enfrentam.

Apesar dos casos denunciados à polícia, em Macapá os registros de violência podem ser muito maiores, de acordo com o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (Cram), que, ao longo de 2017, recebeu quase 2 mil ocorrências de violência física. O levantamento estatístico calculou também que 68% das mulheres violentadas já sofreram outros episódios de humilhações, desrespeito ou agressões físicas, antes de denunciar a ocorrência na polícia pela primeira vez.

Iniciamos o programa com uma pequena introdução de violência contra a mulher na cidade de Macapá, e logo em seguida uma pequena matéria falando sobre a violência contra as mulheres LBT (Lésbicas, Bissexuais e Travestis). Foram entrevistadas Regiane Susarte, presidente da Associação de Lésbicas e Bissexuais do Amapá (ALBA) e Yasmin Magalhães, secretária do Fórum Trans Amapá.

A entrevista do programa foi com a professora doutora do curso de Ciências Sociais, Ana Cristina de Paula Maués Soares. Ela tem experiência nos seguintes temas: teoria democrática, participação política, cidadania, relações de gênero e movimentos sociais. O bate

papo tratou de temas como violência contra a mulher negra, transexual, bissexual e lésbica, violência no sistema carcerário, na saúde e violência contra a mulher pobre.

PROGRAMA 6: A invisibilidade dos bissexuais dentro da comunidade LGBT.

Os estereótipos a respeito da bissexualidade são bombardeados de todos os lados. Viver sob constante pressão para atender a uma lógica de enquadramento sexual e lidar com o frequente preconceito não é nada fácil. Isso ocorre principalmente no período da adolescência, que por si só já carrega mudanças importantes e questionamentos profundos.

Falar de diferentes orientações sexuais não é nada novo, ainda existe muito preconceito ao redor do tema. A sociedade começa a estar mais habituada à homossexualidade masculina (gay) e feminina (lésbica), porém ainda considera o bissexual como alguém que não sabe o que quer ou uma forma de depravação.

Para falar mais sobre o assunto, as convidadas para o bate papo no programa foram, a representante da Associação de Lésbicas e Bissexuais do Amapá (ALBA), Mayê Guedan e a Coordenadora Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, Anne Pariz. Elas ouviram uma matéria falando da invisibilidade de pessoas bissexuais dentro e fora da comunidade LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), o tratamento destas pessoas e como isso pode ser melhorado no ciclo social, e principalmente na falta de atenção a estas pessoas dentro da representatividade que a comunidade LGBT carrega.

PROGRAMA 7: III Encontro da Juventude LGBT Norte - ENJUV.

Realizado nos dias 18, 19, 20, 21 e 22 de abril de 2018, o III Encontro da Juventude LGBT Norte tem como objetivo discutir pautas de avanços e desafios do segmento na perspectiva das políticas públicas voltadas à população juvenil LGBT no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde) e SUAS (Sistema Único de Assistência Social), assim como o retrocesso no que tange a conquista de direitos e à democracia.

Um pequeno release foi feito, mostrando a realidade do jovem LGBT no mundo, no Brasil e na Amazônia. Os convidados foram o representante da União de Negros do Amapá (UNA), Renan Almeida e o Coordenador do ENJUV e da Rede de Juventude LGBT – Lara Fabyan, Bruno José Ribeiro. O programa Estação das Cores aconteceu ao vivo e abordou a representatividade do jovem LGBT na Amazônia, principais problemas enfrentados e discutiu como que o jovem pode participar na adequação de políticas públicas para a comunidade LGBT.

PROGRAMA 8: A luta diária das mulheres negras.

Mulheres e meninas negras, jovens e de minorias étnicas sofrem violências de maneiras similares às outras mulheres. Isso inclui assédio e abuso na infância, violência sexual, tráfico e exploração, violência por parceiro íntimo, entre outras. O processo de assumir sua identidade enquanto pessoa negra é mais um dos muitos obstáculos a ser ultrapassado. Sabemos da rejeição que a imagem do corpo negro provoca nos diferentes meios e espaços da nossa sociedade.

Para introduzir o programa, tivemos uma pequena matéria com a professora do curso de Ciências sociais da Universidade Federal do Amapá, Alexsara de Souza Maciel e a militante Ana Carolina Magalhães. As duas falaram na matéria o dia-a-dia de como é ser mulher negra e que a cada amanhecer é um dia de resistência.

Para falar sobre o assunto, entrevistamos Edicléia da Costa Ribeiro, militante do movimento “Juventude de Terreiro” e funcionária no Instituto Municipal de Políticas da Promoção da Igualdade Racial – Improir. Os temas abordados com Edicléia foram relacionados ao movimento negro, sua participação na política, saúde do negro, preconceito de negros contra próprios negros e etc.

PROGRAMA 9: Curso de Formação em Políticas Públicas na área de gênero e sexualidade.

O curso de formação em políticas públicas da Universidade Federal do Amapá, em parceria com o Conselho Estadual de Direitos da População LGBT do Amapá ofertou a formação para movimentos sociais e conselheiros de políticas públicas na área gênero e sexualidade. A atividade aconteceu entre os dias 02, 03 e 04 de março 2018, na Universidade Estadual do Amapá (UEAP).

Este programa aconteceu ao vivo, contou com a presença de Ivon Souza Cardoso, conselheiro estadual LGBT e chefe da unidade de doenças sexualmente transmissíveis do Amapá pela Superintendência de Vigilância da Saúde do Amapá e Jackeline Correa Brandão Chiquitin, presidente do Conselho estadual dos direitos da população LGBT Biênio e assistente social do quadro efetivo do Governo do Estado. O programa debateu principalmente a criação de políticas públicas, objetivos das políticas, a realidade das políticas públicas no Amapá, a carteira Trans, educação e cidadania.

PROGRAMA 10: Mulheres na política.

O Brasil ocupa a 115ª posição no ranking mundial da presença feminina no parlamento dentre os 138 países analisados pelo Projeto Mulheres Inspiradores (PMI), com base no banco de dados primários do banco mundial (BIRD) e do Tribunal Superior Eleitoral. O ranking de presença feminina no parlamento foi divulgado no dia 30 de março de 2017.

O programa contou com a presença da professora doutora em Ciências Sociais Ana Cristina de Paula Maués Soares, que também é mestra em Sociologia Geral e graduada em Ciências Sociais, todos os cursos pela Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de ciência política, com ênfase em participação política.

A temática do programa falou um pouco sobre a participação feminina na política, discutindo principalmente a LEI nº 9.504/1997, que rege as nossas eleições, e estabelece que cada partido ou coligação deve reservar pelo menos 30% de suas vagas para as candidaturas de mulheres, como é o tratamento destas mulheres, dificuldades, valorização de votos, igualdade de oportunidades e etc.

7. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo nos permitiu uma análise profunda sobre a cobertura de temas relacionados aos direitos humanos e a melhor maneira de abordá-los ao nos dirigirmos para o público em geral. Os desafios que enfrentamos, desde o reagendamento de entrevistas e horários para utilização de laboratórios específicos para realização do processo de edição do material para elaboração das pautas e reportagens do programa até contratempos de saúde (como resfriados persistentes e crises de gastrite) nos fez perceber como o nosso trabalho é fundamental para construir uma sociedade mais informada, plural e capaz de debater de forma inteligente e com argumentos válidos temas que vem pautando cada vez mais o nosso cotidiano.

Na busca de ferramentas que pudessem enriquecer o nosso trabalho, nos debruçamos em uma vasta pesquisa sobre a temática, principalmente no que se refere à rádio e a discussão acerca da mídia e seu tratamento quanto à agenda dos direitos humanos. A construção da série de 10 programas radiofônicos se preocupou em apresentar coerência na narrativa, para que o ouvinte pudesse compreender e se interessar pela temática apresentada.

A decisão de reformular o programa “Estação das Cores” mostrou-se oportuna, uma vez que a agenda apresentada era de nosso interesse e as professoras foram muito

solícitas à nossa proposta. Com o devido tratamento jornalístico, o programa só enriqueceria nas informações repassadas para o seu público.

Pautar e agendar temas ligados aos direitos humanos, principalmente no cenário atual em que nossa sociedade se encontra.

Ao fim da produção dos programas, com todo o aparato intelectual que tivemos acesso e pudemos absorver com o professor orientador e nossos colaboradores, a sensação de dever cumprido prevalece. Esforçamo-nos e buscamos ao máximo contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, que esteja aberta ao diálogo saudável e coerente.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio**. São Paulo: Paulinas, 2003.
- FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra/Luzzatto, 2000.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- JUNG, Milton. **Jornalismo de rádio**. [s.l.]: Contexto, 2013.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. [s.l.]: Record, 2003.
- VIVARTA, Veet (coord.). **M627 Mídia & Direitos Humanos**. Brasília: Agência de notícias dos Direitos Humanos, 2006.
- MAIA, Rousiley C. M. **A Deliberação nos media: apontamentos conceituais**. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo: PósCom-Metodista, a. 29, n. 50, p. 81-101, 2008.
- MEDINA, Cremilda de Araujo. **Entrevista – O Diálogo Possível**. São Paulo: Ática, 2008.
- UILLAUD, M.; PORTO, Sérgio Dayrell. and MOUILLAUD, M. **O jornal: da forma ao sentido**. [s.l.]: Editora UnB, 2002.
- OLIVEIRA, Maria José da Costa. **Comunicação pública**. [s.l.]: Alínea Editora, 2004.
- RADO, Emílio. **A estrutura da informação radiofônica**. São Paulo: Summus, 1989.
- SPENTHOF, Edson Luiz: **Jornalismo e sociedade: O lugar da mediação profissional e da informação tratada como res pública**. 2015.
- ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A construção histórica da programação de rádios brasileiras do campo público**. IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS, 2009.
- ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **Radiojornalismo público brasileiro: proposta de investigação histórica sobre experiências contemporâneas de redes, sistemas e produções conjuntas** – 2011.

APÊNDICES**Apêndice A – Cronograma****NOVEMBRO/2017**

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
	30	31	1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

30 – Orientação.

6 – Entrevista com Márcio Ferreira – Professor de Sociologia de um cursinho popular no conjunto São José.

7 - Orientação e debate sobre o programa Estação das Cores.

9 – Entrevista com Helena Simões - Professora do curso de Direito da Universidade Federal do Amapá.

10 – Produção de matéria.

14 - Gravação do programa Estação das Cores.

16 – Edição de Material.

17 – Entrevista com Mateus Pontes - Aluno do curso de Artes Visuais da Universidade Federal do Amapá.

20 - Orientação.

21 – Entrevista Alexsara Maciel – Professora do curso de Ciências sociais da Universidade Federal do Amapá.

23 - Entrevista Ana Carolina – Militante do Movimento Negro no Amapá.

23 - Entrevista Édico Renê - Acadêmico de Mestrado profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará.

24 – Edição de Material

28 – Entrevista Marcos Vinícius Reis – Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá.

28 - Entrevista Pai Dy'dus (Orlando Rocha) – Pai de Santo do Terreiro da Mãe de Santo Ediane.

29 – Entrevista Daniela Figueiredo – Candomblecista e estudante do curso de Artes Visuais da Universidade Federal do Amapá.

30 – Gravação do Programa Estação das Cores.

DEZEMBRO/2017

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

1 – Edição de material.

5 – Entrevista Luan Pedro Dias - Acadêmico do curso de artes visuais.

6 – Entrevista Ave Terrena Alves – Dramaturga Trans.

7 – Entrevista Joaquim Netto.

8 – Edição de material.

9 – Entrevista Regiane Susarte – Presidente da Associação de lésbicas e bissexuais do Amapá.

13 – Entrevista Yasmin Magalhães – Mulher trans.

15 – Entrevista Dr. Ana Cristina Maués – Professora do Curso de Ciências sociais.

15 – Edição de material.

18 – Regravação do Programa Estação das Cores do dia 9 de dezembro.

JANEIRO/2018

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
31	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

16 - Entrevista Raimundo Erundino Santos Diniz – Professor da Universidade Federal do Amapá.

19 – Edição de material.

22 – Entrevista Mayê Guedan e Anne Pariz – Representantes da Associação de lésbicas e bissexuais do Amapá.

23 – Entrevista Isabella Natália – Fisioterapeuta.

24 – Entrevista Alana Dias – Estudante de Psicologia da Faculdade Estácio de Sá – Seama.

26 – Edição de material.

FEVEREIRO/2018

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28			

1 – Gravação de pequena matéria.

2 - Edição de matéria.

3 - Programa ao vivo.

8 - Entrevista com Edicléia da Costa Ribeiro - militante do movimento Juventude de Terreiro e funcionária no Instituto Municipal de Políticas da Promoção da Igualdade Racial – Improir.

15 - Gravação de pequena matéria.

16 - Edição de matéria.

17 - Programa ao vivo.

23 – Entrevista Dr. Ana Cristina Maués – Professora do curso de Ciências Sociais.

Apêndice B – Roteiros**ROTEIRO 1: REPORTAGEM SOBRE A REDAÇÃO DO ENEM****OFF INICIAL**

OFF1: O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO IMPEDIU QUE A REDAÇÃO DO ENEM COM CONTEÚDO QUE DESRESPEITA OS DIREITOS HUMANOS TIVESSE A NOTA ZERADA.

OFF2: A DECISÃO DO DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES FOI TOMADA EM CARÁTER DE URGÊNCIA NO DIA 26 DE OUTUBRO, A PEDIDO DA ASSOCIAÇÃO ESCOLA SEM PARTIDO. O MOTIVO FOI A PROXIMIDADE DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS NOS DOIS PRIMEIROS DOMINGOS DO MÊS DE NOVEMBRO.

OFF3: NA PRÁTICA, ISSO QUER DIZER QUE REDAÇÕES QUE ENVOLVEREM IDEIAS DE VIOLÊNCIA OU DE PERSEGUIÇÃO EM RELAÇÃO À MINORIAS, MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS OU LIMITAÇÃO DE LIBERDADES, BEM COMO A DEFESA DA TORTURA, DA "JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS" E ATÉ MESMO O USO DE DISCURSOS DE ÓDIO NÃO SERÃO PASSÍVEIS DE ANULAÇÃO.

OFF4: ATÉ 2016, O CANDIDATO QUE APRESENTASSE CONTEÚDO DE DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS TINHA A NOTA ZERADA. COM A

ATUAL DECISÃO, O CANDIDATO TEM DIREITO DE TER SUA REDAÇÃO CORRIGIDA E PONTUADA.

OFF5: O RACIOCÍNIO DO PROFESSOR DE SOCIOLOGIA DE UM DOS CURSINHOS POPULARES DA CIDADE DE MACAPÁ, MÁRCIO FERREIRA, ANALISA ESSA DECISÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ATRAVÉS DE FATOS HISTÓRICOS.
AUDIO 002: 0:47 - 01:27

OFF6: NO PEDIDO À JUSTIÇA, A ASSOCIAÇÃO ESCOLA SEM PARTIDO DEFENDE QUE "NINGUÉM É OBRIGADO A DIZER O QUE NÃO PENSA PARA PODER TER ACESSO ÀS UNIVERSIDADES".

OFF7: O DESEMBARGADOR MOREIRA ALVES, QUE CONCEDEU A LIMINAR, ARGUMENTOU QUE A REGRA EM SI ERA UMA OFENSA À GARANTIA CONSTITUCIONAL DE LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO E OPINIÃO. O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, RESPONSÁVEL PELA PROVA DO ENEM, DESAPROVA E RECORREU DA DECISÃO.

OFF8: SEGUNDO A PROFESSORA DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, HELENA SIMÕES, A DECISÃO TEVE UM ASPECTO IMPORTANTE QUE PRECISA SER CONSIDERADO.
AUDIO 16: 00:09 - 00:53

OFF9: A ASSOCIAÇÃO ESCOLA SEM PARTIDO ARGUMENTA QUE OS PARÂMETROS ADOTADOS NA AVALIAÇÃO DAS REDAÇÕES PARA OS PROBLEMAS ABORDADOS IMPÕE AOS CANDIDATOS RESPEITO AO "POLITICAMENTE CORRETO", NÃO DANDO ASSIM A POSSIBILIDADE DE SE EXPRESSAR LIVREMENTE.

OFF10: PARA O ALUNO DE ARTES VISUAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, MATEUS PONTES, ESSA DECISÃO É UM RETROCESSO PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS E TAMBÉM PODE AUMENTAR O DISCURSO DE ÓDIO.
AUDIO 002(1): (AS LUTAS DOS... VIOLÊNCIA E INTOLERÂNCIA)

OFF11: JÁ A PROFESSORA DO CURSO DE DIREITO DA UNIFAP, HELENA SIMÕES, ACHA QUE NÃO PODEMOS ENTENDER ESTA DECISÃO COMO UM RETROCESSO.
AUDIO 16: 01:14 - 01:49

OFF12: NO ANO PASSADO, 4.798 PROVAS FORAM DESCLASSIFICADAS PORQUE FERIRAM DIREITOS HUMANOS, DE ACORDO COM O RELATÓRIO DIVULGADO PELO INEP.

OFF13: O PROFESSOR DE SOCIOLOGIA DE UM DOS CURSINHOS POPULARES DA CIDADE DE MACAPÁ, MARCIO FERREIRA, ENTENDE QUE ESTA DECISÃO IMPACTA DIRETAMENTE NO AVANÇO CONQUISTADO PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS DESDE A DITADURA MILITAR E A NECESSIDADE DE INGRESSAR EM CURSOS MAIS ELITISTAS.
AUDIO 002: 01:59 - 02:25

OFF14: PARA A PROFESSORA DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, HELENA SIMÕES, O CAMINHO A SE SEGUIR É SIMPLES: ESTABELECEMOS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E PREVENTIVAS PARA ESTE PROCESSO EDUCATIVO.

AUDIO 16: 02:12 - 2:47

FICHA TÉCNICA

REPORTAGEM: ANDRESA BENJAMIM.

EDIÇÃO: DAIAN ANDRADE.

ROTEIRO 2: REPORTAGEM SOBRE RACISMO

OFF INICIAL

OFF1: O RACISMO NO BRASIL TEM SIDO UM GRANDE PROBLEMA DESDE A ERA COLONIAL E ESCRAVOCRATA IMPOSTA PELOS COLONIZADORES PORTUGUESES. EM TEMPO, A CONSCIENTIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO BASEADA NA COR DA PELE É QUASE UNANIMIDADE.

OFF2: NA SEMANA DE 20 DE NOVEMBRO, O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, É PRECISO LEVANTAR O DEBATE SOBRE O RACISMO E O MITO POR TRÁS DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL.

OFF3: UMA PESQUISA REALIZADA PELO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E PUBLICADA EM 2011 NO LIVRO “BRASIL: UM SÉCULO DE TRANSFORMAÇÕES” INDICA QUE 63,7% DOS BRASILEIROS CONSIDERAM QUE A RAÇA INTERFERE NA QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS.

OFF4: A PROFESSORA DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, ALEXSARA DE SOUZA MACIEL, FALA UM POUCO SOBRE ISSO.

AUDIO ALEXSARA: 3:14 - 3:43

OFF5: AINDA SOBRE A PESQUISA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 71% DOS 15 MIL ENTREVISTADOS DISSERAM QUE HÁ DIFERENÇA ENTRE BRANCOS E NEGROS NO TRABALHO. JÁ 68,3% ACHAM QUE HÁ DIFERENÇAS NAS QUESTÕES RELACIONADAS À JUSTIÇA E À POLÍCIA. E 65% PERCEBEM ESSA DIFERENÇA EM RELAÇÃO ENTRE BRANCOS E NEGROS EM SEUS GRUPOS SOCIAIS.

OFF6: OS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS MOSTRAM OS AFRODESCENDENTES EM FRANCA DESVANTAGEM EM RELAÇÃO AOS BRANCOS, SÓ TENDO SIDO MAIS VALORIZADOS NA ÚLTIMA DÉCADA NO QUE SE REFERE AO ENSINO UNIVERSITÁRIO, EM RAZÃO DA ADOÇÃO DAS COTAS.

OFF7: O ACADÊMICO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, ELISEU ALVES JÚNIOR, FALA DA SUA REALIDADE DENTRO DA SALA DE AULA E NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO.

AUDIO ELISEU

OFF8: NO BRASIL, NEGROS SOFREM NÃO SÓ A DISCRIMINAÇÃO RACIAL DEVIDO AO PRECONCEITO, MAS TAMBÉM E SOBRETUDO O RACISMO INSTITUCIONAL, UM SISTEMA DE DESIGUALDADE DE TRATAMENTO DEVIDO À RAÇA PRATICADO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS GOVERNAMENTAIS, CORPORAÇÕES EMPRESARIAIS PRIVADAS E UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, QUE INSPIRA AS POLÍTICAS ESTATAIS QUE LHE SÃO DIRIGIDAS E SE MATERIALIZA NELAS.

OFF9: NÃO É À TOA QUE, DE CADA 100 PESSOAS QUE SOFREM HOMICÍDIO NO BRASIL, 71 SÃO NEGRAS. ESSES SÃO DADOS DO ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017, DOCUMENTO PRODUZIDO PELO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA EM PARCERIA COM O FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

OFF10: ISSO NADA MAIS É DO QUE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL PRATICADA PELO ESTADO AO ATUAR DE FORMA DIFERENCIADA EM RELAÇÃO A ESSES SEGMENTOS POPULACIONAIS, INTRODUZINDO EM NOSSAS CIDADES E EM NOSSA SOCIEDADE, PELA VIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

OFF11: UM RELATÓRIO DIVULGADO PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM 2014, COM BASE EM DADOS COLETADOS NO FIM DE 2013, APONTOU QUE OS NEGROS BRASILEIROS SÃO OS QUE MAIS SÃO ASSASSINADOS, OS QUE TÊM MENOR ESCOLARIDADE, MENORES SALÁRIOS, MENOR ACESSO AO SISTEMA DE SAÚDE E OS QUE MORREM MAIS CEDO. TAMBÉM É O GRUPO POPULACIONAL BRASILEIRO QUE MAIS ESTÁ PRESENTE NO SISTEMA PRISIONAL E O QUE MENOS OCUPA POSTOS NOS GOVERNOS.

OFF12: PARA O ACADÊMICO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, ÉDICO RENÊ DE CARVALHO CANUTO PIRES, ISSO SE DÁ PELO RACISMO ONIPRESENTE EM NOSSA SOCIEDADE.

AUDIO ÉDICO

OFF13: UM DOS MAIORES TRIUNFOS COM O APRIMORAMENTO DA LEI CONTRA O RACISMO FOI SUA PENA. CRIME DE RACISMO É INAFIANÇÁVEL, MAS ESPECIFICA A DIFERENÇA ENTRE ATITUDES QUE PODEM SER CONSIDERADAS COMO RACISMO.

OFF14: UMA DAS MAIORES CONFUSÕES QUE AS PESSOAS PODEM COMETER É CONFUNDIR RACISMO E INJÚRIA RACIAL. RESUMIDAMENTE, O RACISMO IMPEDE A PRÁTICA DE EXERCÍCIO DE UM DIREITO QUE A PESSOA TENHA. A INJÚRIA RACIAL SE DETERMINA PELA OFENSA ÀS PESSOAS POR RAÇA.

OFF15: ALEXSARA DE SOUZA MACIEL, PROFESSORA DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, VÊ DE FORMA POSITIVA A IMPLEMENTAÇÃO DE LEIS EM AMPARO AOS DIREITOS DE PESSOAS NEGRAS.

AUDIO ALEXSARA(2): 6:38 - 7:18

OFF16: EM AMBOS OS CASOS, O RACISMO INCLUI AS DESIGUALDADES SOCIAIS, RACIAIS E URBANAS QUE HISTORICAMENTE ESTRUTURARAM NOSSO

PAÍS, APROFUNDANDO E REVELANDO QUE ESTAMOS MUITO LONGE DA IGUALDADE DESSAS DESIGUALDADES E DA POSSIBILIDADE DE UMA EFETIVA INTEGRAÇÃO SOCIAL URBANA DOS NEGROS NA NOSSA SOCIEDADE.

FICHA TÉCNICA

REPORTAGEM: ANDRESA BENJAMIM.

EDIÇÃO: DAIAN ANDRADE.

ROTEIRO 3 - REPORTAGEM SOBRE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

OFF INICIAL

OFF1: A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA PREVÊ A LIBERDADE DE RELIGIÃO. O PAÍS TAMBÉM É CONSIDERADO UM ESTADO LAICO. EM UM ESTADO LAICO IGREJA E RELIGIÃO ESTÃO SEPARADOS, O QUE SIGNIFICA QUE OS GOVERNOS E AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NÃO DEVEM AGIR BASEADO EM UMA RELIGIÃO. EM UM ESTADO LAICO, A CONVIVÊNCIA E O RESPEITO PELA DIVERSIDADE RELIGIOSA SÃO FUNDAMENTAIS.

OFF2: PARA O DOUTOR EM TEOLOGIA, ELIVALDO SERRÃO CUSTÓDIO, O BRASIL NÃO É TOTALMENTE LAICO. MAS ACREDITA QUE O PAÍS ESTÁ PASSANDO POR UM PROCESSO DE SUBTRAÇÃO DA INFLUÊNCIA RELIGIOSA EM SEUS ASPECTOS PÚBLICOS E FAZ ALGUMAS OBSERVAÇÕES.

OFF3: COM O CRESCIMENTO DA DIVERSIDADE RELIGIOSA NO BRASIL É VERIFICADO O AUMENTO DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA ALGUMAS RELIGIÕES, PRINCIPALMENTE AS DE MATRIZ AFRICANA. A LEI Nº 11.635, APROVADA EM 2007, CRIA O DIA NACIONAL DE COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA, NO DIA 21 DE JANEIRO. SANCIONADA PELO PRESIDENTE LUIS INÁCIO LULA DA SILVA, COMO UM RECONHECIMENTO DO PRÓPRIO ESTADO DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA.

OFF4: O DOUTOR EM TEOLOGIA, ELIVALDO SERRÃO CUSTÓDIO, AINDA ACREDITA QUE UMA BANCADA QUE SEGUE ORIENTAÇÃO POLÍTICA RELIGIOSA TEM COMPROMETIDO AS BOAS RELAÇÕES DE CONVIVÊNCIA ENTRE OS MAIS DIVERSOS SEGMENTOS RELIGIOSOS NO BRASIL.

OFF5: ATÉ SETEMBRO DE 2016, O DISQUE 100, SERVIÇO QUE ATENDE DENÚNCIAS DE DIREITOS HUMANOS, REGISTROU 300 DENÚNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA NO PAÍS. QUASE UM TERÇO (29,08%) DELAS OCORREU NO ESTADO DE SÃO PAULO E 16,84%, NO RIO DE JANEIRO. O NÚMERO REPRESENTA UM CRESCIMENTO DE 19% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE REGISTROS EM 2015, QUANDO FORAM CONTABILIZADAS 252 DENÚNCIAS ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO.

OFF6: PARA O PROFESSOR MARCOS VINÍCIUS DE FREITAS REIS, DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, ISSO SE DÁ PELO CONFLITO DE CONCEPÇÕES RELIGIOSAS.

VOZ 005: 0:18 – 0:45

OFF7: O PROFESSOR AINDA APONTA COMO O PODER AQUISITIVO DE ALGUNS SEGMENTOS RELIGIOSOS ESTÁ DIRETAMENTE ENVOLVIDO NESSES CASOS.

VOZ 005: 0:47 – 1:09

OFF8: A DISCRIMINAÇÃO DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA COMO O CANDOMBLÉ E A UMBANDA ESTÁ DIRETAMENTE RELACIONADA AO RACISMO. DE ACORDO COM OS DADOS DO DISQUE 100, NO ANO PASSADO, 35,39% DAS VÍTIMAS ERAM NEGROS.

OFF9: A IGNORÂNCIA E O DESCONHECIMENTO DOS CULTOS AFRICANOS SÃO TAMBÉM UM FACILITADOR DAS AGRESSÕES, BEM COMO A CUMPLICIDADE ENTRE O PODER PÚBLICO E A SOCIEDADE, QUE AINDA TEM PRECONCEITO CONTRA A CULTURA AFRICANA.

OFF10: ORLANDO ROCHA, MAIS CONHECIDO COMO PAI DY'DUS, É O PAI DE SANTO DO TERREIRO ILÊ ASÉ DE OYA IGBALÉ DA MÃE DE SANTO EDIANE OYA, LOCALIZADO NO BAIRRO ZERÃO, FALA SOBRE O CANDOMBLÉ E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA.

VOZ 011: 1:25 – 1:39

OFF11: É IMPORTANTE SALIENTAR QUE A CRÍTICA RELIGIOSA NÃO É IGUAL À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA. OS DIREITOS DE CRITICAR DOGMAS E ENCAMINHAMENTOS DE UMA RELIGIÃO SÃO ASSEGURADOS PELAS LIBERDADES DE OPINIÃO E EXPRESSÃO.

OFF12: DANIELA FIGUEIREDO, ACADÊMICA DO CURSO DE ARTES VISUAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ E CANDOMBLECISTA NA CASA CANTOS DE IEMANJÁ, DA MÃE NINA, FALA DESSA REALIDADE E DO SEU COTIDIANO AO ASSUMIR SUA RELIGIÃO.

VOZ DANIELA: 0:05 – 0:55

OFF13: O ARTIGO 208 DO CÓDIGO PENAL TRATA DOS CRIMES CONTRA O “SENTIMENTO RELIGIOSO”, COMO ZOMBAR DE ALGUÉM POR MOTIVO DE CRENÇA RELIGIOSA, PERTURBAR OU IMPEDIR CULTO E DESRESPEITAR ATO OU OBJETO RELIGIOSO. AS PENAS PREVISTAS SÃO MULTA OU DETENÇÃO, DE UM MÊS A UM ANO. SE HÁ USO DE VIOLÊNCIA NO ATO, A PENA AUMENTA EM UM TERÇO. CABEM AINDA AS PENAS ESPECÍFICAS AO ATO VIOLENTO.

OFF14: O PROFESSOR MARCOS VINÍCIUS DE FREITAS REIS, MEMBRO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE RELIGIÃO, ECONOMIA E POLÍTICA, ACREDITA QUE A FALTA DE AUTONOMIA NA APLICABILIDADE DESSAS PENAS SE DÁ PELOS CONTATOS QUE GRUPOS RELIGIOSOS FUNDAMENTALISTAS POSSUEM.

VOZ 006: 0:14 – 0:49

OFF15: O DESRESPEITO E ATAQUE CONTRA UM ATEU OU AGNÓSTICO, TAMBÉM PODE SER CONSIDERADO UM EXEMPLO DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA, VISTO QUE A PESSOA INTOLERANTE NÃO ADMITE O FATO DAQUELE INDIVÍDUO TER UMA CRENÇA DIFERENTE DA SUA.

OFF16: AO LONGO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE, A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA FOI A BASE DE INÚMEROS CONFLITOS E GUERRAS QUE PROVOCARAM MILHÕES DE MORTES. A PERSEGUIÇÃO CONTRA OS JUDEUS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL É UM DOS PRINCIPAIS EXEMPLOS DE DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA PRATICADA NO SÉCULO XX.

OFF17: NO INÍCIO DO SÉCULO XXI, OS ATAQUES TERRORISTAS TAMBÉM SE MOSTRARAM MANIFESTAÇÕES BASEADAS NA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA PRATICADA POR GRUPOS EXTREMISTAS DE DIFERENTES DOCTRINAS E SEITAS.

OFF18: O FANATISMO RELIGIOSO É UM DOS PRINCIPAIS CULPADOS PARA QUE HAJA A PROPAGAÇÃO DE IDEIAS E ATITUDES INTOLERANTES ENTRE MILHÕES DE PESSOAS AO REDOR DO MUNDO. MARCOS VINÍCIUS FREITAS REIS, MEMBRO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE RELIGIÃO, ECONOMIA E POLÍTICA, FAZ UM APANHADO GERAL DESSE CENÁRIO.

VOZ 008: 1:48 – 2:08

FICHA TÉCNICA

REPORTAGEM: ANDRESA BENJAMIM.

EDIÇÃO: DAIAN ANDRADE.

ROTEIRO 4: REPORTAGEM SOBRE ARTE, CENSURA E SEXUALIDADE

OFF INICIAL

OFF1: AS EXPOSIÇÕES QUE TRATAM DE ARTE NO BRASIL ESTÃO SENDO VIGIADAS BEM DE PERTO POR USUÁRIOS DA INTERNET E MOVIMENTOS ORGANIZADOS. DIVERSAS OBRAS E MOSTRAS FORAM ALVO DE PROTESTOS E AVALANCHE DE CRÍTICAS NOS ÚLTIMOS MESES.

OFF2: APENAS EM SETEMBRO DESTES ANO, AO MENOS DUAS MOSTRAS QUE ACONTECERAM NO MUSEU DE ARTE MODERNA E NO MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO E UMA PEÇA DE TEATRO ESTIVERAM SOB O OLHAR ATENTO DOS CONSERVADORES.

OFF3: A EXPOSIÇÃO “QUEERMUSEU - CARTOGRAFIAS DA DIFERENÇA NA ARTE BRASILEIRA” FOI CANCELADA MENOS DE UM MÊS DEPOIS DE SUA ESTREIA, EM 15 DE AGOSTO, APÓS PROTESTOS EM REDES SOCIAIS ALAVANCADOS, PRINCIPALMENTE, PELO MOVIMENTO BRASIL LIVRE. A SELEÇÃO DE 270 OBRAS QUE TRATAVAM DE QUESTÕES DE GÊNERO E DIFERENÇAS FOI ACUSADA DE FAZER APOLOGIA À PEDOFILIA E ZOOFILIA.

OFF4: E O MAIS RECENTE CASO QUE GANHOU A MÍDIA E, SOBRETUDO, AS REDES SOCIAIS FOI A PERFORMANCE LA BÊTE, DURANTE A ABERTURA DO 35º PANORAMA DE ARTE BRASILEIRA NO MUSEU DE ARTE MODERNA, EM SÃO PAULO, NO FINAL DE SETEMBRO. A MOSTRA FOI ALVO DE CRÍTICAS PORQUE UMA CRIANÇA ACOMPANHADA DE SUA MÃE TOCOU NA PERNA E NA MÃO DE UM ARTISTA NU. TANTO A PERFORMANCE QUANTO O MUSEU FORAM ACHINCALHADOS E ACUSADOS DE INCITAR A PEDOFILIA.

OFF5: PARA O PROFESSOR JOAQUIM CESAR DE VEIGA NETTO, PESQUISADOR EM HISTÓRIA E CRÍTICA DA ARTE MODERNA E CONTEMPORÂNEA, A LIBERDADE DE CRIAÇÃO É NORTEADA PELOS PROCESSOS IMAGINANTES E ELES NÃO SÃO PRÉ-ESTABELECIDOS.

VOZ 019: 1:21 - 1:56

OFF6: COM CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA DE 18 ANOS, O MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO INAUGUROU A EXPOSIÇÃO “HISTÓRIAS DA SEXUALIDADE”, NO DIA 20 DE OUTUBRO. SEGUNDO O MUSEU, ERA A PRIMEIRA VEZ EM 70 ANOS QUE A PRESENÇA DE MENORES, MESMO QUE ACOMPANHADOS DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS, SERIA VETADA EM UMA EXPOSIÇÃO.

OFF7: A MEDIDA OCORREU MENOS DE UM MÊS APÓS O MUSEU DE ARTE MODERNA E SEUS FUNCIONÁRIOS SEREM ALVO DE ATAQUES POR CONTA DO VÍDEO DIVULGADO NAS REDES SOCIAIS DA PERFORMANCE DE ABERTURA DO 35º PANORAMA DE ARTE BRASILEIRA. O CASO RENDEU INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

OFF8: O PESQUISADOR EM HISTÓRIA E CRÍTICA DA ARTE MODERNA E CONTEMPORÂNEA, JOAQUIM CESAR DE VEIGA NETTO, APRESENTA UMA ANÁLISE DESSE CASO.

VOZ 019: 0:23 - 1:20

OFF9: DISCUTIR SEXUALIDADE E APONTAR PARA A IMPORTÂNCIA DE SUA DIVERSIDADE EM TEMPOS QUE O DEBATE ENTRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITOS INDIVIDUAIS ENCONTRA-SE AMEAÇADO POR MANIFESTAÇÕES VIOLENTAS E EMBATES PÚBLICOS É FUNDAMENTAL.

OFF10: O ACADÊMICO DO CURSO DE ARTES VISUAIS, LUAN PEDRO DIAS, RELATA UMA EXPERIÊNCIA QUE VIVENCIOU APÓS PERFORMANCE SOBRE RACISMO PARA UMA DISCIPLINA DO SEU CURSO.

VOZ 017: 1:20 - 2:14

OFF11: A ARTE É UMA DAS MELHORES MANEIRAS DO SER HUMANO EXPRESSAR SEUS SENTIMENTOS E EMOÇÕES REPRESENTADA NAS SUAS MAIS DIVERSAS MANEIRAS. É O REFLEXO DA CULTURA E DA HISTÓRIA QUE PERMITEM REFLETIR SOBRE O MODO DE VIDA DE UMA DETERMINADA SOCIEDADE.

OFF12: AS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS, COMO OBRAS DE ARTE E APRESENTAÇÕES TEATRAIS, PODEM PROVOCAR PARA REFLEXÕES QUE ACABAM INVISÍVEIS.

OFF13: PARA O PROFESSOR JOAQUIM CESAR DE VEIGA NETTO, PESQUISADOR EM HISTÓRIA E CRÍTICA DA ARTE MODERNA E CONTEMPORÂNEA, O MEDO RELACIONADO A ARTE, GÊNERO E SEXUALIDADE É UMA HERANÇA.

VOZ 020: 0:26 - 1:07

OFF14: NÃO EXISTEM VERDADES ABSOLUTAS. A LINHA ENTRE O QUE É MORALMENTE ACEITÁVEL MUDA A TODO INSTANTE NO DECORRER DA HISTÓRIA. E O PAPEL DA ARTE NA PROVOCAÇÃO DE DEBATE SOBRE O CORPO É MUITO PROPÍCIO. O PROFESSOR JOAQUIM CESAR DE VEIGA NETTO FINALIZA.

VOZ 021: 0:06 - 0:54

FICHA TÉCNICA

REPORTAGEM: ANDRESA BENJAMIM.

EDIÇÃO: DAIAN ANDRADE.

ROTEIRO 5: REPORTAGEM SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

OFF INICIAL

OFF1: A LEI 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006, MAIS CONHECIDA COMO LEI MARIA DA PENHA, PROMOVEU AVANÇOS SIGNIFICATIVOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. E PROPORCIONOU, INCLUSIVE, ALTERAÇÕES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

OFF2: VOLTADA À PROTEÇÃO DA MULHER EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, O TEXTO FOI A PRIMEIRA REFERÊNCIA LEGAL NO PAÍS À CONTEMPLAR A ORIENTAÇÃO SEXUAL DA VÍTIMA. DECISÕES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA PASSARAM A APLICAR A LEGISLAÇÃO TAMBÉM PARA MULHERES TRANSEXUAIS.

OFF3: SEGUNDO O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER, A CIDADE DE MACAPÁ REGISTRA SEMANALMENTE UMA MÉDIA DE 15 CASOS DE VIOLÊNCIA. DE ACORDO COM O ÓRGÃO, CERCA DE 2 MIL REGISTROS FORAM FEITOS AO LONGO DE 2016.

OFF4: AMEAÇA, LESÃO CORPORAL, ESTUPRO E INJÚRIA AJUDARAM A CONTRIBUIR PARA A ESTATÍSTICA NEGATIVA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, EMOCIONAL OU FÍSICA EM MACAPÁ EM 2017. NOS SETE PRIMEIROS MESES DESTA ANO, 3.530 OCORRÊNCIAS FORAM REGISTRADAS NA DELEGACIA DE CRIMES CONTRA A MULHER.

OFF5: UMA VIDA LIVRE DE VIOLÊNCIA E DE DISCRIMINAÇÕES É UM DIREITO DE TODAS AS MULHERES. PARA AS MULHERES LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS, PORÉM, A POSSIBILIDADE DA VIOLÊNCIA, EM CASA E FORA DELA, É UM DADO DA EXISTÊNCIA DEVIDO À LIGAÇÃO DOS VÁRIOS PRECONCEITOS QUE ENFRENTAM.

OFF6: PARA REGIANE LÚCIA MAGALHÃES SUSARTE, MEMBRO DA ARTICULAÇÃO DE LÉSBICAS E BISSEXUAIS DO AMAPÁ, A FALTA DE INFORMAÇÃO E O DESPREPARO NO ATENDIMENTO CONTRIBUEM PARA QUE MUITAS OCORRÊNCIAS NÃO SEJAM REGISTRADAS.

SONORA1

OFF7: PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO CONTRA A POPULAÇÃO LBT ANDAM DE MÃOS DADAS. MANIFESTAM-SE NOS ESPAÇOS FAMILIAR, PROFISSIONAL E SOCIAL DE MANEIRA MUITAS VEZES VELADA.

OFF8: YASMIN MAGALHÃES, SECRETÁRIA DO FÓRUM TRANS AMAPÁ, MULHER TRANS E EX-PROFISSIONAL DO SEXO, FALA DA SUA EXPERIÊNCIA QUANDO BUSCOU ATENDIMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

SONORA2

OFF9: A ASSOCIAÇÃO DE PRECONCEITOS RESULTA EM GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS COMETIDAS EM LARGA ESCALA. POR MEIO DE SEUS DIVERSOS MECANISMOS DE MONITORAMENTOS, HISTORICAMENTE, A COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS TEM RECEBIDO INFORMAÇÕES SOBRE A VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO LGBT A ATOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL OU FAMILIAR.

OFF10: E CONSTATOU QUE, EM TODO O CONTINENTE AMERICANO, AS MULHERES LBT CORREM O RISCO PARTICULAR DE VIOLÊNCIA DEVIDO À MISOGINIA, QUE QUER DIZER ÓDIO, MENOSPREZO OU PRECONCEITO CONTRA A MULHER E À DESIGUALDADE DE GÊNERO NA SOCIEDADE.

OFF11: ENTRE JANEIRO DE 2013 E 31 DE MARÇO DE 2014, A COMISSÃO MONITOROU A VIOLÊNCIA CONTRA AS PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANS E INTERSEX NA AMÉRICA.

OFF12: EM SEU REGISTRO DE VIOLÊNCIA CONTABILIZOU PELO MENOS O ASSASSINATO DE 594 PESSOAS LGBT, OU PERCEBIDAS ASSIM, E 176 VÍTIMAS DE ATAQUES GRAVES, EMBORA NÃO LETAIS. DESSE TOTAL, 55 FORAM CONTRA MULHERES LÉSBICAS, OU PERCEBIDAS COMO TAIS.

OFF13: PRIMEIRA LEGISLAÇÃO NO BRASIL A FALAR SOBRE HOMOAFETIVIDADE, A LEI MARIA DA PENHA PREENCHE UMA LACUNA AO PROTEGER TODAS AS BRASILEIRAS DE AGRESSÕES FÍSICAS, MORAIS E PSICOLÓGICAS, INCLUINDO MULHERES LÉSBICAS, TRANS E BISSEXUAIS QUE SOFREM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.

OFF14: UMA VEZ QUE OS COMPORTAMENTOS MASCULINOS E FEMININOS ESPERADOS SÃO FRUTO DE CONSTRUÇÕES SOCIAIS E NÃO DE DETERMINAÇÕES BIOLÓGICAS, A VIOLÊNCIA PODE APARECER TAMBÉM EM RELACIONAMENTOS AFETIVOS ENTRE MULHERES E, POR ISSO MESMO, A LEI MARIA DA PENHA RESSALTA DE MANEIRA CLARA, POR DUAS VEZES, QUE O MARCO LEGAL SE APLICA, INDEPENDENTEMENTE DE ORIENTAÇÃO SEXUAL.

OFF15: REGIANE LÚCIA MAGALHÃES SUSARTE, MEMBRO DA ARTICULAÇÃO DE LÉSBICAS E BISSEXUAIS DO AMAPÁ, APONTA A IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DESSE AMPARO LEGAL.

SONORA3

FICHA TÉCNICA

REPORTAGEM: ANDRESA BENJAMIM.

EDIÇÃO: DAIAN ANDRADE.

ROTEIRO 6 - REPORTAGEM SOBRE A INVISIBILIDADE DOS BISSEXUAIS DENTRO DA COMUNIDADE LGBT

OFF INICIAL

OFF1: QUANDO SE FALA DE SEXUALIDADE MUITOS TEMAS AINDA SÃO TABUS. A ORIENTAÇÃO SEXUAL, OU SEJA, O MODO COMO DESEJAMOS E BUSCAMOS O AFETO É UM DESSES TEMAS. PARA MUITOS, EXISTEM APENAS OS HETERESSEXUAIS, PESSOAS QUE GOSTAM DE SE RELACIONAR AFETIVAMENTE COM SEXO DIFERENTE E OS HOMOSSEXUAIS, PESSOAS QUE GOSTAM DE SE RELACIONAR COM PESSOAS DO MESMO SEXO.

OFF2: MAS HÁ TAMBÉM AQUELES QUE PROCURAM RELACIONAMENTOS TANTO COM PESSOAS DO MESMO SEXO COMO TAMBÉM SENTEM ATRAÇÃO E DESEJO DE SE RELACIONAR COM PESSOAS DE SEXO DIFERENTES. SÃO OS CHAMADOS BISSEXUAIS.

OFF3: PARA MUITOS, A BISSEXUALIDADE É VISTA COM PRECONCEITO. AFINAL, AS PESSOAS ESTÃO ACOSTUMADAS COM APENAS UMA FORMA DE AMAR E SE RELACIONAR. MAS AS PESSOAS BISSEXUAIS SÃO COMO

QUAISQUER OUTRAS PESSOAS, COM DIFERENÇA DE TEREM MAIS DE UMA PREFERÊNCIA AO BUSCAR UMA RELAÇÃO.

OFF4: A COORDENADORA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, ANNE PARIZ, FALA UM POUCO SOBRE O QUE É SER BISSEXUAL E COMO SUA FAMÍLIA LIDA COM ISSO.

AUDIO ANNE PARIZ

OFF5: UM ESTUDO FEITO EM 2015 PELA PUC DO RIO GRANDE DO SUL, COM JOVENS ENTRE 24 E 35 ANOS, MOSTRA QUE 8,6% DOS HOMENS SE DISSERAM BISSEXUAIS, E 14.8% DAS MULHERES SE IDENTIFICARAM COMO BISSEXUAIS.

OFF6: FALAR DE DIFERENTES ORIENTAÇÕES SEXUAIS NÃO É NADA NOVO, AINDA EXISTE MUITO PRECONCEITO AO REDOR DO TEMA. A SOCIEDADE COMEÇA A ESTAR MAIS HABITUADA À HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA (GAY) E FEMININA (LÉSBICA), PORÉM AINDA CONSIDERA O BISSEXUAL COMO "ALGUÉM QUE NÃO SABE O QUE QUER" OU UMA FORMA DE DEPRAVADA.

OFF7: A ESTUDANTE DE PSICOLOGIA, ALANA DIAS, RELATOU QUE JÁ SOFREU PRECONCEITO DENTRO DA COMUNIDADE LGBT E QUE CHEGOU A OUVIR QUE BISSEXUAL NÃO ERA UMA CONDIÇÃO.

AUDIO ALANA

OFF8: OS BISSEXUAIS SOFREM PRECONCEITO DUPLO NO DIA-A-DIA. PARA HETEROSSEXUAIS, É DIFÍCIL COMPREENDER A EXISTÊNCIA DO DESEJO POR AMBOS OS SEXOS. E OS GAYS POR CARREGAREM O B EM SEU MOVIMENTO (OS LGBT) CUSTAM A ACREDITAR QUE ELES EXISTEM.

OFF9: A FISIOTERAPEUTA, ISABELLA NATÁLIA, FALA SOBRE O PRECONCEITO QUE SOFREU DE AMIGOS E PARCEIROS POR CONTA DE SUA SEXUALIDADE.

AUDIO ISABELLA

OFF10: A COORDENADORA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES, ANNE PARIZ, DIZ QUE A DIFICULDADE MAIOR É COM A SOCIEDADE E QUE SER BISSEXUAL É UM ATO DE RESISTÊNCIA.

AUDIO ANNE PARIZ

FICHA TÉCNICA

REPORTAGEM: ANDRESA BENJAMIM

EDIÇÃO: DAIAN ANDRADE.

ROTEIRO 7: REPORTAGEM SOBRE O III ENCONTRO DA JUVENTUDE LGBT NORTE - ENJUV

OFF1: ACONTECERÁ NOS DIAS 19, 20, 21 E 22 DE ABRIL O III ENCONTRO DA JUVENTUDE LGBT NORTE. O OBJETIVO É DISCUTIR O EVENTO QUE IRÁ REUNIR LIDERANÇAS DA JUVENTUDE LGBT DE TODOS OS ESTADOS DA REGIÃO NORTE.

OFF2: O DEBATE SERÁ SOBRE PAUTAS DE AVANÇOS E DESAFIOS DO SEGMENTO NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À POPULAÇÃO JUVENIL LGBT NO ÂMBITO DO SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE) E SUAS (SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL), ASSIM COMO O RETROCESSO NO QUE TANGE A CONQUISTA DE DIREITOS E À DEMOCRACIA.

OFF3: OS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT VÊM CRESCENDO COM O PASSAR DOS ANOS, MAS AINDA NÃO CHEGAMOS AO PONTO EM QUE SE PODE DIZER QUE ESTAS PESSOAS LEVAM UMA VIDA IGUALITÁRIA, E SEM MEDO.

OFF4: O BRASIL, ENTRETANTO, ESTÁ A UM PASSO À FRENTE DE MUITOS PAÍSES. PORÉM O ALTO ÍNDICE DE HOMOFOBIA SEJA ASSUSTADOR, ALGUNS DIREITOS COMO O CASAMENTO CIVIL, A ADOÇÃO POR CASAIS

HOMOSSEXUAIS E DIREITOS À PREVIDÊNCIA, JÁ SÃO RECONHECIDOS DESDE 2011, ONDE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECEU A UNIÃO HOMOSSEXUAL.

OFF5: MAS A LUTA NÃO PARA POR AÍ. AINDA É PRECISO CRIAR LEIS DE INCLUSÃO À POPULAÇÃO LGBT AO MERCADO DE TRABALHO, COMO POR EXEMPLO, EM UM ESTUDO FEITO PELA CONSULTORIA SANTO CAOS, 43% DOS ENTREVISTADOS AFIRMARAM TER SOFRIDO ALGUM TIPO DE DISCRIMINAÇÃO POR SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL OU IDENTIDADE DE GÊNERO.

OFF6: APESAR DE 75% DAS EMPRESAS TEREM POLÍTICAS QUE PROÍBEM DISCRIMINAÇÃO POR IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL, MUITOS PROFISSIONAIS LGBT NÃO SE SENTEM CONFORTÁVEIS PARA SE ASSUMIREM NO TRABALHO.

OFF7: UM ESTUDO INTERNACIONAL FEITO NO FINAL DE JANEIRO DE 2016 PELO CENTER FOR TALENT INNOVATION, 61% DOS FUNCIONÁRIOS LGBT NO BRASIL DIZEM ESCONDER SUA SEXUALIDADE PARA COLEGAS E GESTORES.

OFF8: A PESQUISA FOI FEITA EM DUAS ETAPAS E OUVIU MAIS DE 12,2 MIL PROFISSIONAIS EM PAÍSES COMO CHINA, RÚSSIA, CINGAPURA, ÁFRICA DO SUL, TURQUIA, REINO UNIDO, ESTADOS UNIDOS E O BRASIL. DESTES TOTAL, 1.964 SÃO LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E PESSOAS TRANS.

OFF9: OUTRO ESTUDO, AINDA MAIS ALARMANTE, ELABORADO PELA EMPRESA ELANCERS, CONSTATA-SE QUE 38% DAS EMPRESAS BRASILEIRAS NÃO CONTRATARIAM PESSOAS LGBT PARA CARGOS DE CHEFIA, E 7% NÃO CONTRATARIAM EM HIPÓTESE ALGUMA.

ROTEIRO 8: REPORTAGEM SOBRE A LUTA DIÁRIA DAS MULHERES NEGRAS OFF INICIAL

OFF1: MULHERES E MENINAS NEGRAS, JOVENS E DE MINORIAS ÉTNICAS SOFREM VIOLÊNCIAS DE MANEIRAS SIMILARES ÀS OUTRAS MULHERES. ISSO INCLUI ASSÉDIO E ABUSO NA INFÂNCIA, VIOLÊNCIA SEXUAL, TRÁFICO E EXPLORAÇÃO, VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO, ENTRE OUTRAS.

OFF2: HÁ, NO ENTANTO, DIFERENÇAS EM FORMAS DE VIOLÊNCIA QUE VÃO ATINGIR DESPROPORCIONALMENTE AS MULHERES ANTE A COMBINAÇÃO DE MÚLTIPLAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO, BASEADAS EM SISTEMAS DE DESIGUALDADES QUE SE RETROALIMENTAM – SOBRETUDO DE GÊNERO, RAÇA, ETNIA, CLASSE E ORIENTAÇÃO E IDENTIDADE SEXUAL.

OFF3: A PROFESSORA DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, ALEXSARA DE SOUZA MACIEL, FALA DE QUE FORMA ESSAS VIOLÊNCIAS COMBINADAS ATINGEM DIRETAMENTE AS MULHERES NEGRAS.

AUDIO ALEXSARA: 0:51 - 01:34

OFF4: EM MUITOS PAÍSES, AS MULHERES NEGRAS APARECEM COMO MAIORIA DAS VÍTIMAS EM DIVERSOS INDICADORES DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS. E NO BRASIL NÃO É DIFERENTE.

OFF5: DE ACORDO COM DADOS DO ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017, 65,3% DAS MULHERES ASSASSINADAS NO BRASIL NO ÚLTIMO ANO ERAM NEGRAS. UMA

EVIDÊNCIA DE QUE A COMBINAÇÃO ENTRE DESIGUALDADE DE GÊNERO E RACISMO É EXTREMAMENTE PERVERSA.

OFF6: ANA CAROLINA MAGALHÃES, MULHER NEGRA ENVOLVIDA NA MILITÂNCIA NEGRA E FEMINISTA, NOS FALA MAIS SOBRE ISSO.

AUDIO ANA CAROLINA

OFF7: UMA VIDA LIVRE DE VIOLÊNCIA E DE DISCRIMINAÇÕES É UM DIREITO DE TODAS AS MULHERES. PARA AS MULHERES LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS NEGRAS, PORÉM, A POSSIBILIDADE DA VIOLÊNCIA, EM CASA E FORA DELA, É UM DADO DA EXISTÊNCIA DEVIDO À LIGAÇÃO DOS VÁRIOS PRECONCEITOS QUE ENFRENTAM.

OFF8: APESAR DO BRASIL SER UM PAÍS ONDE EXISTE UMA RICA MISTURA DE RAÇAS, AINDA PREVALECE O ESTEREÓTIPO DE QUE A MULHER TEM SEMPRE LÁBIOS GRANDES, BUMBUM AVANTAJADO, CORPO ATRAENTE E SÃO MULATAS DE CARNAVAL.

OFF9: O PROCESSO DE TRATAR COMO OBJETO E DESUMANIZAR O CORPO NEGRO FOI UM DOS INSTRUMENTOS DE OPRESSÃO E MANUTENÇÃO DA ORDEM E DO ESTADO ATUAL DA NOSSA SOCIEDADE.

OFF10: ASSIM PERPETUOU-SE HISTORICAMENTE A DISSOCIAÇÃO ENTRE TRABALHO INTELECTUAL E TRABALHO MANUAL, NA SEXUALIZAÇÃO E COISIFICAÇÃO DO CORPO DA MULHER NEGRA, NA RELAÇÃO DE TRAÇOS DE SELVAGERIA, ANIMALIZAÇÃO E INCIVILIDADE DO CORPO NEGRO, EM CONTRAPONTO AO CORPO BRANCO RELACIONADO À TRAÇOS DE BELEZA, ENGENHOSIDADE, INVENTIVIDADE E PROGRESSO.

OFF11: PARA A PROFESSORA DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, ALEXSARA DE SOUZA MACIEL, O PROCESSO HISTÓRICO FOI DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA ESSAS ASSOCIAÇÕES.

AUDIO ALEXSARA: 0:21 - 0:50

OFF12: A PROFESSORA ALEXSARA AINDA ACRESCENTA.

AUDIO ALEXSARA(2): 5:59 - 6:27

OFF13: O PROCESSO DE ASSUMIR SUA IDENTIDADE ENQUANTO PESSOA NEGRA É MAIS UM DOS MUITOS OBSTÁCULOS A SER ULTRAPASSADO. SABEMOS DA REJEIÇÃO QUE A IMAGEM DO CORPO NEGRO PROVOCA NOS DIFERENTES MEIOS E ESPAÇOS DA NOSSA SOCIEDADE.

OFF14: A AFIRMAÇÃO POSITIVA DO CABELO NEGRO, CRESPO, ETNICAMENTE REPRESENTADO POR *DREADS* E TRANÇAS É UMA FORTE IMAGEM DE LUTA E RESISTÊNCIA UTILIZADA PELA POPULAÇÃO NEGRA DESDE AS SENZALAS. É A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE UMA NEGRITUDE, EXPRESSÃO DE UMA ANCESTRALIDADE E DE UMA MEMÓRIA QUE PERMANECEU VIVA E QUE MANTÊM A SUA RAIZ EM ÁFRICA.

OFF15: PARA ANA CAROLINA MAGALHÃES, SER MULHER NEGRA É SER RESISTÊNCIA. E ELA É CATEGÓRICA.

AUDIO ANA CAROLINA

FICHA TÉCNICA

REPORTAGEM: ANDRESA BENJAMIM.

EDIÇÃO: DAIAN ANDRADE.

ROTEIRO 9: CURSO DE FORMAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE GÊNERO E SEXUALIDADE

O PROGRAMA FOI DEDICADO INTEIRAMENTE PARA ENTREVISTA SOBRE O CURSO.

ROTEIRO 10: MULHERES NA POLÍTICA

OFF INICIAL

OFF1: A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 CONSAGROU O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE, AFIRMANDO NO CAPUT DO ARTIGO 5º, NO CAPÍTULO QUE TRATA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, QUE “TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI”, E REAFIRMANDO NO INCISO PRIMEIRO DO REFERIDO ARTIGO QUE “HOMENS E MULHERES SÃO IGUAIS EM DIREITOS E OBRIGAÇÕES”.

OFF2: A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ É, SEM DÚVIDAS, UM MARCO NA LUTA POR IGUALDADE DE GÊNERO E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO, EM UM CONTEXTO HISTÓRICO EM QUE A MULHER SEMPRE FOI TRATADA DE FORMA PRECONCEITUOSA E DISCRIMINATÓRIA.

OFF3: O BRASIL OCUPA A 115ª POSIÇÃO NO RANKING MUNDIAL DA PRESENÇA FEMININA NO PARLAMENTO DENTRE OS 138 PAÍSES ANALISADOS PELO PROJETO MULHERES INSPIRADORAS (PMI), COM BASE NO BANCO DE DADOS PRIMÁRIOS DO BANCO MUNDIAL (BIRD) E DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. O RANKING DE PRESENÇA FEMININA NO PARLAMENTO FOI DIVULGADO NO DIA 30 DE MARÇO DE 2017.

OFF4: NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016, 18.244 CANDIDATAS NÃO GANHARAM UM VOTO SEQUER. ISSO REPRESENTA 12,5% DE TODAS AS MULHERES INSCRITAS PARA DISPUTAR A ELEIÇÃO. TUDO BEM QUE PARTE DELAS PODE TER DESISTIDO DE FAZER CAMPANHA, OU MORRIDO DURANTE O PERÍODO ELEITORAL. AINDA ASSIM, O NÚMERO PARECE BASTANTE ALTO, NÃO? EM COMPARAÇÃO, APENAS 2,6% DOS CANDIDATOS HOMENS NÃO TIVERAM VOTOS, QUASE UM QUINTO DO PATAMAR VERIFICADO COM AS MULHERES.